

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE FLUTUANTE COM GARANTIA
ADICIONAL E COM GARANTIA REAL, NÃO-CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DE
EMISSÃO, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS EM
REGIME DE GARANTIA FIRME E MELHORES ESFORÇOS, DA ECOPART
INVESTIMENTOS S.A.**

Pelo presente “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Flutuante com Garantia Adicional e com Garantia Real, Não Conversíveis em Ações de Emissão, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos Em Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Ecopart Investimentos S.A.” (respectivamente, a “Escritura”, a “Emissão” ou a “Oferta” e as “Debêntures”),

na qualidade de emissora,

ECOPART INVESTIMENTOS S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre João Manuel, nº 222, parte, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.881.213/0001-93, (“Emissora” ou a “Companhia”), neste ato representada na forma de seu estatuto social, e

na qualidade de agente fiduciário das Debêntures,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário de Emissão e nela interveniente (o “Agente Fiduciário”) (a Emissora e o Agente Fiduciário são doravante referidos em conjunto como “Partes”, e, cada qual, individual e indistintamente, como “Parte”), representando a comunhão dos debenturistas da Emissão,

vêm pela presente e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir dispostas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A Escritura de Emissão é celebrada com base (i) na deliberação da Assembléia Geral

Extraordinária da Emissora realizada em 24 de dezembro de 2010, nos termos do artigo 59, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”); e (ii) na autorização do artigo 11, (d) do estatuto Social da Emissora.

CLÁUSULA SEGUNDA **DOS REQUISITOS**

2.1. DA DISPENSA DE REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

2.1.1. A Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), nos termos dos Artigos 1º, inciso III, 3º e 6º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação (“Instrução CVM 476/09”).

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS SOCIETÁRIOS

2.2.1. A Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 13 de dezembro de 2010, cuja ata encontra-se em fase de arquivamento no Registro do Comércio do Estado de São Paulo – JUCESP (“JUCESP”) e será publicada oportunamente no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal DCI – Comércio Indústria & Serviços.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura e eventuais aditamentos (os “Aditamentos”) serão registrados na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. REGISTRO PARA DISTRIBUIÇÃO E NEGOCIAÇÃO

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e, observado o disposto no Artigo 17 da Instrução CVM 476/09 e no item 2.4.2 abaixo, para negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o “SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (o “SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a “CETIP”), sendo a distribuição e as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures submeter-se-ão aos controles de compensação e liquidação da CETIP quando estiverem custodiadas na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão

ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 (“Instrução CVM 409/04”). Somente Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476/09, conforme alterada, poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo primeiro do artigo 15 da Instrução CVM 476/09.

2.5. REGISTRO NA ANBIMA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS (“ANBIMA”)

2.5.1. A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e não haver prospecto, nos termos do §1º do artigo 25 do código de auto-regulação da ANBIMA para as ofertas públicas de distribuição e aquisição de valores mobiliários.

2.6. REGISTRO DO CONTRATO DE PENHOR

2.6.1. O Contrato de Penhor (conforme definido abaixo), no qual será formalizada a garantia mencionada no item 4.5 abaixo, deverá ser registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sendo o respectivo penhor das ações devidamente averbado no Livro de Registro de Ações da Emissora, nos termos do disposto no artigo 39 da Lei das Sociedades por Ações.

2.7. DOS LIMITES DA EMISSÃO

2.7.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (a) o capital social integralizado da Emissora, conforme ata de Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 04 de novembro de 2010, é de R\$ 75.213.663,86 (setenta e cinco milhões duzentos e treze mil seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos); (b) o saldo das emissões de debêntures da Emissora, de acordo com as últimas informações contábeis da Emissora, de 30 de setembro de 2010, é de R\$37.274.498,00 (trinta e sete milhões, duzentos e setenta e quatro, quatrocentos e noventa e oito reais); (c) o valor total dos ativos da Emissora, de acordo com as últimas informações contábeis da Emissora, de 30 de setembro de 2010, é R\$97.524.214,00 (noventa e sete milhões, quinhentos e vinte e quatro, duzentos e quatorze reais); (d) o valor total de empréstimos, financiamentos e debêntures da Emissora com garantias reais, de acordo com as últimas informações contábeis da Emissora, de 30 de setembro de 2010, é R\$0,00 (zero reais).

2.7.2. A Emissão das Debêntures da 1ª Série atende ao limite legal estabelecido no artigo 60, parágrafo 1º, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, conforme tabela abaixo:

Posição em 30 de setembro de 2010	R\$ (mil)
Ativo total da Emissora (A)	97.524.214,00
Total das Dívidas da Emissora garantidas por direitos reais (B)	0,00
Ativo total da Emissora não gravado (C = A – B)	97.524.214,00
70% do ativo total da Emissora não gravado (D = 70% C)	68.266.949,80
Valor das Debêntures da 2ª Série (E)	33.000.000,00
(E) menor ou igual a (D)	Sim

2.7.3. A Emissão das Debêntures da 2ª Série atende ao limite legal estabelecido no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 **SÉRIES**

3.1.1. A Emissão será realizada em duas séries.

3.2. **VALOR TOTAL DA EMISSÃO**

3.2.1. O valor total da Emissão será de R\$ 44.000.000,00 (quarenta e quatro milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (o “Valor Total da Emissão”), sendo R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) para a 1ª série e R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) para a 2ª série.

3.3. **QUANTIDADE DE DEBÊNTURES**

3.3.1. Serão emitidas 11.000 (onze mil) Debêntures na 1ª série (“Debêntures da 1ª Série”) e 33.000 (trinta e três mil) Debêntures na 2ª série (“Debêntures da 2ª Série”).

3.4. **DESTINAÇÃO DE RECURSOS**

3.4.1. Os recursos captados por meio da Oferta serão utilizados para o refinanciamento e o alongamento do endividamento de curto prazo da Companhia mediante o resgate compulsório da Cédula de Crédito Bancário nº 10105424, emitida pela Emissora

em favor do Banco Votorantim S.A., no valor de R\$ 48.044.786,13 (quarenta e oito milhões, quarenta e quatro mil, setecentos e oitenta e seis reais e treze centavos), em 23 de novembro de 2010.

3.5. NÚMERO DA EMISSÃO

3.5.1. A presente Escritura representa a 4ª Emissão de debêntures da Emissora.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E AGENTE ESCRITURADOR

3.6.1. O banco mandatário da Emissão e o agente escriturador das Debêntures serão, respectivamente: (i) Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, Torre Eudoro Villela, 7º andar, CEP 04309-010, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04; e (ii) Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 61.194.353/0001-64 (o “Banco Mandatário” e o “Agente Escriturador”, respectivamente).

3.7. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.7.1. A Emissora tem por objeto social (i) a participação em outras sociedades brasileiras e estrangeiras, incluindo fundos de investimento, que atuam no setor de geração de energias renováveis, respectivas infra-estruturas de suporte, derivados e serviços correlatos; (ii) o investimento em projetos no setor de geração de energias renováveis, respectivas infra-estruturas de suporte, derivados e serviços correlatos; e (iii) a prestação de consultoria e assessoria a projetos correlatos aos indicados nos itens (i) e (ii) acima.

CLÁUSULA QUARTA **DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**

4.1. COLOCAÇÃO E PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

4.1.1. As Debêntures serão objeto da Oferta destinada exclusivamente a Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), em observância ao plano de distribuição acordado entre a Emissora e o Coordenador (conforme definido abaixo) e conforme estabelecido nesta Cláusula Quarta.

4.1.1.1. A Oferta será realizada (i) sob regime de garantia firme de

subscrição para 5.000 Debêntures da 1ª Série e 25.000 Debêntures da 2ª Série que ocorrerá somente ao término da colocação das Debêntures da 1ª Série ou se o saldo remanescente for cancelado; e (ii) sob regime de melhores esforços de subscrição para 6.000 Debêntures da 1ª Série e 8.000 Debêntures da 2ª Série que ocorrerá somente ao término da colocação das Debêntures da 1ª Série ou se o saldo remanescente for cancelado; com a intermediação do Banco Votorantim S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 59.588.111/0001-93, na qualidade de coordenador da emissão (o “Votorantim” ou “Coordenador”)

4.1.2 Sem prejuízo do disposto nos itens 4.1.1. e 4.1.1.1. acima, no âmbito da Oferta: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) pelo Coordenador; e (ii) as Debêntures poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476/09.

4.1.3. Nos termos da Instrução CVM 476/09 e para fins da Oferta descrita na presente Escritura (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados (conforme definido abaixo), ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas físicas e jurídicas mencionadas no item 4.1.8.(iv) abaixo deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.4. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores através de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou mediante a utilização de serviços públicos de comunicação, como imprensa, rádio, televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476/09.

4.1.5. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta a qualquer investidor; e (ii) informar o Coordenador até o dia útil imediatamente subsequente à ocorrência do contato que a Emissora eventualmente receba de potenciais investidores que venham a manifestar interesse pela Oferta.

4.1.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.7 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado (conforme definido abaixo) assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas à restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476/09 e nesta Escritura.

4.1.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador aos Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, sendo entendidos os investidores qualificados como: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) sem prejuízo do disposto no item 4.1.3(ii) acima, pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e que adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) sem prejuízo do disposto no item 4.1.3(i) acima, fundos de investimentos, mesmo que se destinem a investidores não-qualificados, nos termos do inciso I do artigo 4º da Instrução CVM 476/09 ; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regime próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios (os “Investidores Qualificados”)

4.1.9. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4.1.10. A Emissora não poderá realizar outra oferta pública de Debêntures, da mesma espécie, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476/09, pelo prazo de, no mínimo, 4 (quatro) meses contados da data de encerramento da Emissão, exceto se a(s) nova(s) oferta(s) pública(s) for(em) submetida(s) a registro na CVM.

4.2. DATA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES

4.2.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 14 de dezembro de 2010 (a “Data de Emissão”).

4.3. VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (mil reais) (o “Valor Nominal Unitário” ou “VNU”).

4.3.2 Não obstante o disposto no item 4.3.1 acima, cada Investidor Qualificado – quer seja pessoa física ou jurídica – deverá subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), consoante o disposto no Artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476/09.

4.4. FORMA, CONVERSIBILIDADE E COMPROVAÇÃO DE TITULARIDADE DAS DEBÊNTURES

4.4.1. As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador das Debêntures. Adicionalmente, a CETIP expedirá extrato em nome dos titulares das Debêntures, quando depositadas no SND, que servirá de comprovante de titularidade, com relação às Debêntures custodiadas pela CETIP.

4.5. ESPÉCIE

4.5.1. As Debêntures da 1ª Série serão da espécie com garantia flutuante, nos termos do artigo 58, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, consistindo em privilégio geral sobre o ativo da Companhia, e as Debêntures da 2ª Série serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações.

4.5.2. A garantia real das Debêntures da 2ª Série e a garantia adicional das Debêntures da 1ª Série serão constituídas por meio de um Contrato de Penhor a ser celebrado na data de desembolso da Emissão, entre a Emissora, o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, a Taelinvest Participações S.A., sociedade empresária por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1728, 2º andar, CEP 01310-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.720.630/0001-42 (“Taelinvest”) e a Ecoinvest Assessoria – Desenvolvimento e Participações Ltda., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Bairro Cerqueira César, na Rua Padre João Manoel, nº 222, CEP 01411-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.130.575/0001-80 (“Ecoinvest”), o qual formalizará, em garantia aos Debenturistas, o penhor, em primeiro grau, de

42.000.000 ações ordinárias da Emissora, sendo 35.836.957 ações ordinárias de titularidade da Taelinvest e 6.163.043 ações ordinárias de titularidade da Ecoinvest (“Contrato de Penhor”).

4.6 PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

4.6.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures (o “Preço de Subscrição”).

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. PRAZO DE VIGÊNCIA E DATA DE VENCIMENTO

4.7.1 As Debêntures da 1ª Série serão vigentes até 23 de maio de 2011 (“Data de Vencimento da 1ª Série”).

4.7.2. As Debêntures da 2ª Série serão vigentes até 13 de novembro de 2020 (“Data de Vencimento da 2ª Série”).

4.8 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série será amortizado em uma única parcela, na Data de Vencimento da 1ª Série.

4.8.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série será amortizado, observado o disposto no item 4.9.2 abaixo, mediante o pagamento 17 (dezessete) parcelas consecutivas, nos percentuais e datas evidenciados na tabela abaixo (cada qual, uma “Amortização”):

# DO PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO (COM ATÉ QUATRO CASAS DECIMAIS)	DATA DO PAGAMENTO DA AMORTIZAÇÃO
1	6,80%	7/11/2012
2	5,20%	9/5/2013
3	5,50%	8/11/2013
4	2,40%	10/5/2014

5	1,80%	9/11/2014
6	1,00%	11/5/2015
7	1,00%	10/11/2015
8	1,75%	11/5/2016
9	1,80%	10/11/2016
10	3,05%	12/5/2017
11	3,05%	11/11/2017
12	4,60%	13/5/2018
13	4,85%	12/11/2018
14	6,32%	14/5/2019
15	6,78%	13/11/2019
16	8,55%	14/5/2020
17	35,55%	13/11/2020

4.9. REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. As Debêntures de ambas as séries farão jus ao pagamento de juros remuneratórios incidentes sobre o respectivo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, correspondentes a 100% (cem por cento) da taxa média diária de juros dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI "over extra grupo" expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a “Taxa DI”), acrescida de uma sobretaxa de 5,5% a.a. (cinco inteiros e cinco décimos por cento ao ano) , base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde (i) a Data de Emissão até a primeira Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo); e (ii) a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo, sendo que o rendimento das Debêntures da 2ª Série devido desde a Data de Emissão até 08 de maio de 2012 (“Período de Carência”) será incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, cujo valor ajustado será a nova base para incidência da Remuneração das Debêntures da 2ª Série para os próximos períodos de capitalização:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

, onde:

“**J**” corresponde ao valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamentos;

“**VNe**” corresponde ao valor nominal de emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

“**FatorJuros**” é o fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

, onde:

“**FatorDI**” corresponde ao produtório das Taxas DI, da data de início de cada Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

, onde:

“**n_{DI}**” corresponde ao número total de Taxas DI, sendo “**n_{DI}**” um número inteiro;

“**TDI_k**” corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1$$

, onde:

“**k**” = 1, 2, ..., n;

“**DI_k**” corresponde à Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

“**d_k**” corresponde ao número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da taxa DI over, sendo “**d_k**” um número inteiro;

“**FatorSpread**” corresponde à sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

“**spread**”: 5,5000; e

“**DP**” corresponde ao número de dias úteis entre a Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização e a data atual, sendo “**DP**” um número inteiro.

Ficando estabelecido, para os fins do presente item que:

- (i) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (ii) o fator resultante da expressão é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

(iii) efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iv) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(v) considera-se o resultado da multiplicação do FatorDI pelo FatorSpread com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista de incorporação, do pagamento da Remuneração, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

4.9.3. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture não será atualizado.

4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1. O pagamento da Remuneração das Debêntures da 1ª Série será feito em uma única parcela na Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Série. O pagamento da Remuneração das Debêntures da 2ª Série será feito nas mesmas datas de Amortização do item 4.8.2 acima.

4.10.1.1 Fará jus aos Juros Remuneratórios o titular de cada Debênture: (a) que assim conste nos registros da Instituição Depositária; ou (b) com custódia na CETIP, em ambos os casos terá direito ao recebimento o titular das Debêntures que ao final do dia útil anterior à data de cada pagamento for titular das Debêntures, nos termos deste item 4.10.

4.10.2 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula Quarta, será utilizada, em substituição, o último valor divulgado para a Taxa DI, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora

quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.10.3. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para a sua apuração e/ou divulgação (o “Período de Ausência da Taxa DI”), ou ainda, no caso de extinção da Taxa DI por imposição legal ou determinação, judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar do evento, convocar a Assembléia Geral de Debenturistas (a “AGD”) (consoante o estipulado na Cláusula Sétima desta Escritura e nos termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, do novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures. A AGD será realizada no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contado a partir do último Período de Ausência da Taxa DI.

4.10.4. Caso não haja aceitação da Emissora sobre o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado às Debêntures decidido pela AGD, fica a Emissora desde já obrigada a resgatar antecipadamente as Debêntures então em circulação, com o respectivo e conseqüente cancelamento, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contado a partir da data de realização da respectiva AGD ou na Data de Vencimento (o que ocorrer primeiro), acrescido da Remuneração da Debênture devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso. Será utilizado para o cálculo da Remuneração o valor da última Taxa DI divulgada até a data do cálculo.

4.10.5. O resgate aqui definido seguirá os procedimentos adotados pela CETIP e será efetuado por meio do Banco Mandatário para o Debenturista cuja Debênture não esteja depositada em custódia vinculada à CETIP.

4.11. VENCIMENTO ANTECIPADO

4.11.1. Observado o disposto na cláusula 4.11.2 abaixo e as demais hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures na forma desta Escritura de Emissão, as Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas, podendo ser imediatamente exigido pelos Debenturistas o seu pagamento imediato à Emissora, por seu valor equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, independentemente de notificação extrajudicial ou judicial, na hipótese de qualquer dos seguintes eventos (os “Eventos de Inadimplemento”):

- a) dissolução ou extinção da Emissora, deferimento ou pedido de recuperação judicial ou elaboração de plano de recuperação extrajudicial, decretação de falência e/ou insolvência da Emissora, e/ou de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora;
- b) dissolução, extinção e/ou liquidação de qualquer sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, sem aprovação prévia de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação;
- c) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado da data de ocorrência do respectivo evento, salvo na hipótese de existência de prazo específico para a purgação da respectiva mora estipulado nesta Escritura de Emissão;
- d) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;
- e) mudança no objeto social da Emissora que possa de alguma forma afetar substancialmente o cumprimento das obrigações oriundas desta Escritura de Emissão;
- f) alteração, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia (segundo a prerrogativas do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) sem aprovação prévia dos titulares das Debêntures, reunidos em AGD, salvo a associação da Emissora com a empresa Omega Energia Renovável S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.149.503/0001-06, ou com controlada integral da Omega Energia Renovável S.A. (a “Associação Aprovada”);
- g) outras hipóteses eventualmente previstas em lei, não sanada no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da data de ocorrência do respectivo evento;
- h) descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 3.4 desta Escritura de Emissão;
- i) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; ou
- j) vencimento antecipado de empréstimos ou financiamentos concedidos à Emissora, ou de debêntures de emissão da Emissora, desde que a Emissora seja

efetivamente constituída em mora e iniciados os procedimentos de execução.

4.11.1.1. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento listados nos itens 4.11.1(a), 4.11.1(b), 4.11.1(d), 4.11.1 (f); 4.11.1 (h) a 4.11.1 (i) acima, que deverão ser tempestivamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures serão consideradas antecipada e imediatamente vencidas (sendo a data de ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, sem prejuízo das demais datas de vencimento antecipado descritas nesta Escritura de Emissão, uma “Data de Vencimento Antecipado”).

4.11.1.2. Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplementos listados nos itens 4.11.1(c), 4.11.1(e); 4.11.1 (g) e 4.11.1(j) acima, que deverão ser tempestivamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, acima, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, o Agente Fiduciário deverá convocar os titulares das Debêntures para que se reúnam em AGD, que poderá, por deliberação de titulares de 75% (setenta e cinco) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.1.3 Para os fins do item 4.11.1.2 acima, na hipótese (i) de não instalação da AGD referida no item 4.11.1.2, em primeira e em segunda convocação, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 4.11.1.2 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 4.11.2 abaixo.

4.11.2. Na hipótese de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pela AGD na forma da Cláusula 4.11.1.2 acima, a Emissora deverá proceder à liquidação integral das Debêntures no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data de realização da AGD referida na Cláusula 4.11.1.2 (para os fins desta Escritura de Emissão, a data da AGD que aprovar o vencimento antecipado das Debêntures será considerada uma Data de Vencimento Antecipado, sem prejuízo das demais hipóteses de vencimento antecipado previstas nesta Escritura de Emissão).

4.11.3. Até a liquidação integral das Debêntures, a relação entre Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido da Emissora, para cada período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de cada ano, não poderá ser superior a uma vez (1x) (o “Índice de

Alavancagem”), exceto conforme aprovado pela maioria das Debêntures em circulação, em AGD. O Índice de Alavancagem, calculado de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, será apurado anualmente considerando-se o último balanço anual da Emissora, preparado pela Emissora em até 90 (noventa) dias contado do término de cada exercício social, sendo que a primeira verificação do Índice de Alavancagem deverá ocorrer considerando-se o exercício social de 2010. Para fins de verificação do Índice de Alavancagem deverá ser enviado pela Emissora ao Agente Fiduciário o balanço anual no prazo de 90 (noventa dias) contado do término de cada exercício social, sempre em conjunto com a memória de cálculo contendo todas as contas abertas das rubricas necessárias para obtenção do Índice de Alavancagem, anexada da declaração firmada na forma de seu estatuto social, atestando que as declarações firmadas pela Emissora, no âmbito desta Emissão, permanecem integralmente válidas e aplicáveis na data de entrega deste, bem como que a Emissora não ocorreu nem encontra-se em curso de nenhum dos eventos de vencimento antecipado da Emissão, bem como que cumpriu, até a data em questão, com todas as obrigações previstas na Emissão.

4.11.4. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se:

- a) “Patrimônio Líquido” conforme indicado no último balanço patrimonial da Emissora;
- b) “Dívida Líquida”: o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo, mas não limitado a, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, de natureza privada ou no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas, bem como valores a pagar a acionistas, líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de hedge, e deduzido do saldo em caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata (“Caixa e Aplicações Financeiras”), tudo apurado em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- c) “Caixa e Aplicações Financeiras”: (i) dólares norte-americanos ou reais em espécie; (ii) obrigações diretas, ou com garantia incondicional, do governo dos Estados Unidos da América ou de qualquer órgão ou departamento oficial do governo dos Estados Unidos da América com liquidez imediata; (iii) obrigações diretas, ou com garantia incondicional, do governo do Brasil, do Banco Central do Brasil, ou de qualquer órgão ou departamento oficial do governo do Brasil com liquidez imediata; (iv) certificados de depósito bancário ou instrumentos equivalentes emitidos por

instituições bancárias brasileiras que tenham: (a) um patrimônio líquido ajustado igual ou superior ao equivalente em reais (R\$) a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos); ou (b) um rating local para seus certificados de depósito não inferior a 'brA-' pela Standard & Poor's ou 'A3.br' pela Moody's; em cada caso, desde que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e desde que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar.

4.12. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.12.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário e dos Juros Remuneratórios devidos, em até 15 (quinze) dias úteis, contados da ocorrência do evento de vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, fica obrigada ao pagamento dos encargos moratórios no item 4.14 abaixo

4.13. RESGATE ANTECIPADO, AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS FACULTATIVAS E AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS COMPULSÓRIAS

4.13.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo, mediante deliberação em Assembléia Geral da Emissora, realizar o resgate total antecipado das Debêntures, relativo a todos os Debenturistas da respectiva série (o "Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado, conforme aplicável, será realizado de acordo com as seguintes disposições:

- (i) a Emissora realizará o Resgate Antecipado por meio de comunicação por escrito aos titulares das Debêntures a que se referir tal Resgate Antecipado, com, no mínimo, 4 (quatro) dias úteis de antecedência da data definida para a liquidação do Resgate Antecipado. Para as Debêntures da 2ª Série, deverão ser observadas as datas do item 4.13(ii)(b) (a "Data do Resgate Antecipado");
- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito do Resgate Antecipado será conforme a seguinte regra:
 - (a) Para as Debêntures da 1ª Série, o valor a ser pago aos Debenturistas da 1ª Série no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração aplicável às Debêntures da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data do Resgate Antecipado.

(b) Para as Debêntures da 2ª Série, o Resgate Antecipado obedecerá a seguinte regra:

(b.1) caso o Resgate Antecipado seja feito **durante** o Período de Carência, o valor a ser pago ao Debenturista da 2ª Série no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, acrescido da Remuneração aplicável às Debêntures da 2ª Série, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, acrescido, ainda, de prêmio a ser calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Valor\ de\ Resgate = Valor\ Nominal \times (1 + 5,5000\%)^{\frac{DU}{252}}$$

onde,

“Valor de Resgate” = Valor de resgate em reais, por Debênture, a ser pago para os Debenturistas da 2ª Série caso de Resgate Antecipado;

“Valor Nominal” = Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série acrescido da Remuneração desde a Data de Emissão até a data do Resgate Antecipado;

“DU” = quantidade de dias úteis entre a data de Resgate Antecipado e Data de Vencimento das Debêntures da 2ª Série.

(b.2) caso o Resgate Antecipado seja feito **após** o Período de Carência, a Emissora poderá fazer o Resgate Antecipado total do saldo do Valor Nominal Unitário e dos Juros Remuneratórios devidos, somente nas datas referenciadas na tabela abaixo. O valor a ser pago aos Debenturistas da 2ª Série no âmbito do Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, acrescido da Remuneração aplicável às Debêntures da 2ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração até a Data do Resgate Antecipado, acrescido, ainda, de prêmio de resgate antecipado conforme tabela abaixo, incidente sobre o valor a ser pago::

Datas	Prêmio
7/11/2012	2,99%

9/5/2013	2,82%
8/11/2013	2,48%
10/5/2014	2,31%
9/11/2014	2,14%
11/5/2015	1,97%
10/11/2015	1,80%
11/5/2016	1,63%
10/11/2016	1,46%
12/5/2017	1,29%
11/11/2017	1,12%
13/5/2018	0,95%
12/11/2018	0,78%
14/5/2019	0,61%
13/11/2019	0,44%
14/5/2020	0,27%

(b.2.1) Sem prejuízo do acima exposto, os Debenturistas, mediante deliberação em AGD, poderão permitir o resgate antecipado na curva contábil da operação.

- (iii) caso as Debêntures estejam custodiadas no SND, o Resgate Antecipado obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP. Em consonância com o disposto neste item 4.13.1, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data do Resgate Antecipado.

4.13.1.1.1 A comunicação de Resgate Antecipado previsto no item 4.13.1(i) acima deverá contemplar, com relação ao Resgate Antecipado a que se referir: (a) a data de tal Resgate Antecipado; (b) que o valor objeto de tal Resgate Antecipado corresponderá ao previsto no item 4.13.1(ii); (c) o prêmio aplicável; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização de tal Resgate Antecipado.

4.13.1.2. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora em caso de Resgate Antecipado.

4.13.2. A Emissora poderá, após o Período de Carência, **somente nas datas referenciadas na tabela da cláusula 4.13.1 (ii) (b.2)**, mediante deliberação em Assembléia Geral da Emissora, realizar a amortização extraordinária parcial das Debêntures da 2ª Série (cada qual, uma “Amortização Extraordinária Facultativa”). Cada Amortização Extraordinária

Facultativa, conforme aplicável, será realizada de acordo com as seguintes disposições:

- (i) a Emissora deverá comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, com até 15 (quinze) dias úteis de antecedência da data definida para a Amortização Extraordinária Facultativa, a decisão de realizar uma Amortização Antecipada Extraordinária, devendo a comunicação indicar (a) a data em que se efetivará a Amortização Extraordinária Facultativa (a “Data da Amortização Extraordinária Facultativa”), e (b) o percentual do Valor Nominal Unitário objeto de amortização, o qual, em todo caso, não deverá ultrapassar 85% (oitenta e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série;
- (ii) o valor a ser pago aos Debenturistas da 2ª Série no âmbito da Amortização Extraordinária Facultativa será equivalente ao percentual do Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido dos juros remuneratórios das Debêntures da 2ª Série proporcionais ao valor da Amortização Extraordinária Facultativa devidos e ainda não pagos até a Data da Amortização Antecipada Facultativa, calculado pro rata temporis desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido, ainda, de prêmio sobre o valor a ser pago, conforme a tabela do item 4.13.1 (ii) (b.2) acima.
- (iii) assim que receber a comunicação mencionada no item 4.13.2 (i) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar AGD, a ser realizada em até 5 (cinco) dias úteis da Data da Amortização Extraordinária Facultativa, que deverá deliberar sobre alterações no fluxo de amortizações programadas do item 4.8.2 acima, quais sejam: a) datas de pagamento; b) percentual do Valor Nominal Unitário a ser pago em cada data; c) data de vencimento das Debêntures da 2ª Série, observado o disposto no item 4.13.2(iv) abaixo.
- (iv) No caso de Amortização Extraordinária, os recursos deverão ser utilizados obrigatoriamente para o pagamento da última parcela vincenda prevista para o pagamento da Amortização, conforme disposto na tabela do item 4.8.2 acima. Caso o valor da Amortização Extraordinária exceda o valor previsto para a última parcela vincenda prevista para o pagamento da Amortização, tal valor excedente deverá ser obrigatoriamente utilizado para o pagamento da penúltima parcela vincenda prevista para o pagamento da Amortização, e assim sucessivamente.
- (v) A Escritura de Emissão deverá ser aditada para conter os termos decididos no item (iii) acima.

4.13.3. Após o Período de Carência, a Emissora obriga-se a realizar Amortizações Extraordinárias Compulsórias nas datas referenciadas na planilha da cláusula 4.13.1 (ii) (b.2), sempre que forem gerados pela controlada Gargaú Energética S.A. (“GESA”) recursos excedentes aos necessários para pagamento da Amortização e Remuneração previstas para aquela data (a “Amortizações Extraordinárias Compulsórias”).

4.13.3.1 Caso a Emissora entenda que não foram gerados recursos excedentes, a Emissora deverá realizar Amortizações Extraordinárias Compulsórias se assim for deliberado em AGD, conforme abaixo:

(i) Nas datas previstas para amortizações programadas conforme item 4.8.2 acima, a Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário demonstrativo de fluxo de caixa nos moldes do Anexo I (Fluxo de Caixa), assinado pelo Diretor Presidente da Emissora, correspondente aos 6 (seis) últimos meses de atividade da GESA, comprovando que não foram gerados pela GESA recursos excedentes aos necessários para pagamento da Amortização e Remuneração previstas para aquela data;

(ii) O Agente Fiduciário deverá encaminhar cópia do Fluxo de Caixa aos Debenturistas da 2ª Série em até 3 (três) dias úteis de seu recebimento;

(iii) Em até 3 (três) dias úteis do recebimento do Fluxo de Caixa, os Debenturistas da 2ª Série que não concordarem com a comprovação do Fluxo de Caixa conforme item (i) acima, deverão solicitar ao Agente Fiduciário realização de AGD, com a presença da Emissora, que deverá realizar-se em até 10 (dez) dias úteis da data da solicitação, para deliberar sobre a Amortização Extraordinária Compulsória que deverá ser realizada pela Emissora com os recursos excedentes do fluxo de caixa;

(iv) A AGD do item (iii) acima deverá deliberar sobre (a) a data em que se efetivará a Amortização Extraordinária Compulsória (a “Data da Amortização Extraordinária Compulsória”), (b) o percentual do Valor Nominal Unitário objeto de amortização, o qual, em todo caso, não deverá ultrapassar 85% (oitenta e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, e (c) alterações no fluxo de amortizações programadas do item 4.8.2 acima, quais sejam: (i) datas

de pagamento; (ii) percentual do Valor Nominal Unitário a ser pago em cada data; (iii) data de vencimento das Debêntures da 2ª Série;

(v) No caso de Amortizações Extraordinárias Compulsórias, os recursos deverão ser utilizados obrigatoriamente para o pagamento da última parcela vincenda prevista para o pagamento da Amortização, conforme disposto na tabela do item 4.8.2 acima. Caso o valor das Amortizações Extraordinárias Compulsórias exceda o valor previsto para a última parcela vincenda prevista para o pagamento da Amortização, tal valor excedente deverá ser obrigatoriamente utilizado para o pagamento da penúltima parcela vincenda prevista para o pagamento da Amortização, e assim sucessivamente; e

(v) A Escritura de Emissão deverá ser aditada para conter os termos decididos no item (iv) acima.

4.13.4. Caso, após cada Amortização Extraordinária Facultativa ou Amortização Extraordinária Compulsória, o saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture atinja valor inferior a 15% (quinze por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série na Data de Emissão, a Emissora deverá obrigatoriamente resgatar antecipadamente as Debêntures da 2ª Série.

4.13.5. Caso as Debêntures da 2ª Série estejam custodiadas na CETIP, cada Amortização Extraordinária Facultativa e cada Amortização Extraordinária Compulsória obedecerá aos procedimentos determinados pela CETIP. Em consonância com o disposto neste item, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário sobre os itens 4.13.2 (ii), 4.13.2 (iii) e 4.13.3.1 (iv) acima com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da Data de Amortização Antecipada Facultativa ou da Data de Amortização Antecipada Compulsória, conforme o caso.

4.14. MULTA E JUROS MORATÓRIOS

4.14.1. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.

4.16. LOCAL DE PAGAMENTO

4.16.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora em conformidade com os procedimentos da CETIP, no mesmo dia do respectivo vencimento, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário, no mesmo dia do respectivo vencimento.

4.17. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.17.1. Consideram-se automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado no item 4.16 acima, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. PUBLICIDADE

4.18.1. Todos os atos e decisões relevantes decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal DCI – Comércio Indústria & Serviços, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações estabelecidas nos termos da Lei das Sociedades por Ações e/ou pela CVM.

4.19. REPACTUAÇÃO

4.19.1. As Debêntures não serão sujeitas à repactuação.

4.20. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.20.1. Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de

10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária. Até a data de cada pagamento, o titular da Debênture que goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária nos termos deste item 4.20.1 deverá permanecer titular da respectiva Debênture, não podendo negociar sua respectiva Debênture até data posterior a cada pagamento.

CLÁUSULA QUINTA
DAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

- (i) Fornecer ao Agente Fiduciário:
 - a) dentro de, no máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados do término de cada exercício social; (1) cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer de auditores independentes; (2) declaração do Diretor Financeiro da Emissora atestando o cumprimento integral das disposições previstas nesta Escritura; bem como (3) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua respectiva administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas/finanças da Emissora;
 - b) no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados do término de cada trimestre de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (conforme definido abaixo) e as normas de consolidação emitidas pela CVM;
 - c) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados no item 4.11 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo de o Agente Fiduciário poder declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às debêntures, nos limites desta Escritura;
 - d) avisos aos titulares das Debêntures, fatos relevantes, bem como atas de

assembléias gerais e reuniões do Conselho de Administração que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que, de alguma forma, envolvam o interesse dos titulares das Debêntures, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data em que forem publicados e/ou, caso não tenham sido publicados, da data em que forem realizados;

- e) informações sobre qualquer descumprimento de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto no item (iv) abaixo;
 - f) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura;
 - g) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, quer seja de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições contidos nesta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do descumprimento;
 - h) conduzir todas as operações com afiliadas e/ou partes relacionadas em valores de mercado e bases equitativas;
 - i) confirmar, por escrito, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta escritura; e
 - j) parecer de uma das seguintes empresas de auditoria (i) PricewaterhouseCoopers, (ii) Deloitte Touche Tohmatsu, (iii) KPMG e (iv) Ernst & Young (cada qual uma “Empresa de Auditoria”), atestando que as ações oferecidas em penhor pela Emissora são suficientes para garantir as obrigações assumidas nesta Escritura.
- (ii) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as informações que lhe forem aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;
- (iii) notificar, imediatamente o Agente Fiduciário, observadas as disposições

aplicáveis à política de divulgação de informações da Emissora, sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus próprios negócios que na opinião da Emissora: (a) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes dessa escritura; (b) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam sua real condição financeira; e/ou (c) implique o descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura;

(iv) cumprir, em todos os aspectos, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;

(v) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta escritura, sem prejuízo das demais disposições legais e regulamentares em vigor;

(vi) manter contratados, durante o prazo de vigência da Debênture, às suas expensas, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária e o Agente Fiduciário.

(vii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas e os princípios contábeis previstos da Lei das Sociedades por Ações e o princípios prescritos pela CVM (as “Práticas Contábeis Adotadas no Brasil”);

(viii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por auditor independente, registrado na CVM e que gozem de boa reputação internacional;

(ix) aplicar os recursos obtidos a Emissão conforme determinado no item 3.4.1 da Cláusula Terceira desta Escritura, bem como comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que possa importar em modificação da utilização desses recursos;

(x) convocar a AGD, conforme o caso, para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacionem direta ou indiretamente à presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;

(xi) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e cumprir todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(xii) enviar à CETIP, no dia em que se realizar cada AGD, sumário das

deliberações tomadas e, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados de tal AGD, cópia da respectiva ata de AGD.

(xiii) impedir que qualquer de suas subsidiárias contraíam obrigações que possam de alguma forma gerar impedimentos à distribuição de recursos, em qualquer modalidade – como dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital, resgate de ações, que não tenham como objetivo a liquidação antecipada das Debêntures, sem anuência prévia dos Debenturistas;

(xix) não contratar novos empréstimos ou financiamentos sem anuência prévia dos Debenturistas, observado as regras de convocação da AGD, conforme disposto na Cláusula VII desta Escritura; e

(x) manter todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais se encontram válidas e em pleno efeito.

5.3. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoável e comprovadamente incorridas para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures e/ou para realizar seus respectivos créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos comprovada e razoavelmente incorridas em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura.

5.3.1. O ressarcimento das despesas de que trata o item 5.2 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário, necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

5.3.2. As despesas a que se refere o item 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

(a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outros que vierem a ser exigidos pela legislação e/ou regulamentação aplicável;

(b) emissão/obtenção de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;

- (c) despesas de viagem, alimentação, estadia e transporte quando necessárias ao desempenho de suas respectivas funções/atribuições; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses do titular da Debênture.

5.4. Sem prejuízo das outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura, a Emissora obriga-se, nos termos da Instrução CVM 476/09, a:

- (i) preparar suas respectivas demonstrações de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (ii) submeter suas demonstrações financeiras à auditoria por auditor independente registrado na CVM e que goze de boa reputação internacional;
- (iii) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditor independente registrado na CVM e que goze de boa reputação internacional, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de cada exercício social e encaminhar tais informações à CETIP na data da respectiva publicação;
- (iv) manter os documentos mencionados no item 4.3(iii) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada (a “Instrução CVM 358/02”), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer “Fato Relevante”, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador e à CETIP; e
- (vii) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

5.4. Adicionalmente, nos termos do Artigo 9 da Instrução CVM 476/09, a Emissora não

poderá realizar outra oferta pública de debêntures pelo prazo de, no mínimo, 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta, objeto da presente Escritura, exceto no caso de tal nova oferta ser submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA SEXTA
DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão Pentágono S.A. DTVM, acima qualificado, como agente fiduciário da Emissão e que, por neste ato, aceita a respectiva nomeação para, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, das demais disposições legais e regulatórias aplicáveis e da presente Escritura, representar – a qualquer tempo – perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura, declara sob as penas da lei, que:

- (i) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura;
- (ii) conhece e aceita integralmente a presente Escritura, todas as respectivas cláusulas, termos e condições;
- (iii) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeito todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- (iv) a celebração desta Escritura e o cumprimento das respectivas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (v) não está sujeito a qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28/03”) para exercer a função e as atribuições que lhe são conferidas;
- (vi) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28/83;
- (vii) é uma instituição financeira, constituída e existente de acordo com as leis da

República Federativa do Brasil;

- (viii) os respectivos representantes que assinam esta Escritura têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (ix) que esta escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) verificou, com base nas informações contidas no item 2.5 acima, os limites para emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xi) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções e/ou atribuições;
- (xii) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832, de 31 de outubro 1990;
- (xiii) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (xiv) está ciente da legislação e regulamentação aplicável às obrigações e/ou atribuições ora assumidas.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua Efetiva substituição.

6.4. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho de seus deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), sendo a primeira devida no 5º dia útil após a data de assinatura da data da Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subseqüentes; e
 - (a.i) Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devido ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00

(quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à atividades, pagas 05 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de relatório de horas à Emissora, para assessoria aos debenturistas em processo de renegociação das condições das debêntures requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e Assembléias de Debenturistas; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas;

- b) as parcelas citadas no item (a) supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- c) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência deste Contrato, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- d) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;
- e) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o

comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

f) As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante a implantação ou a vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário.

6.6. A remuneração prevista nesta cláusula será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, remuneração essa que será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

6.7. Constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis à esta Escritura:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função de Agente Fiduciário, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento em que aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário, a AGD;
- k) comparecer à AGD a fim de prestar informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea “b” da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Companhia enviará todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório.
 - i) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação de informações pela Emissora;
 - ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura do

capital da Emissora;

- iv) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - v) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - vi) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - vii) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - viii) posição da distribuição ou colocação da Debênture no mercado;
 - ix) verificar a regularidade da constituição das garantias reais; e
 - x) relação dos bens e valores entregues à sua administração.
- m) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- i) na sede da Emissora;
 - ii) no seu escritório ou em outro local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - iii) na CETIP;
 - iv) na CVM; e
 - v) nas dependências do Coordenador, conforme indicado pelo Coordenador;
- n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- o) fiscalizar no cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer ou não fazer; e

- p) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos.

6.6. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização dos seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora em relação à presente Escritura, não sanado no prazo previsto nesta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora, nos casos previstos em lei; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação, salvo deliberação contrária em AGD.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “b” e “c” do “caput” deste item se, convocada a AGD, esta assim o autorizar por deliberação de 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” do “caput” deste item.

6.7. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures.

6.7.1. Se a convocação da AGD a que se refere a cláusula 6.7 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a mesma.

6.7.2. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no item 6.7.5 adiante.

6.7.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.4. É facultado aos Debenturistas proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.

6.7.5. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso Assembléia dos Debenturistas não delibere sobre a matéria.

6.7.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura.

6.7.7.. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura ou do aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1 DA ASSEMBLÉIA GERAL

7.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão deles. As AGD deverão ser realizadas preferencialmente na sede da Emissora. Quando houver a necessidade de ser realizada em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, o qual, em nenhum caso, poderá realizar-se fora da cidade da sede da Emissora.

7.2. QUORUM DE INSTALAÇÃO

7.2.1. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.3. MESA DIRETORA

7.3.1. A presidência da AGD caberá, (i) ao diretor geral da Emissora caso este tenha realizado a convocação, ou (ii) ao Debenturista eleito pela maioria dos Debenturistas presentes na respectiva AGD, caso a AGD tenha sido convocada por Debenturista(s).

7.4. QUORUM E OUTRAS DISPOSIÇÕES

7.4.1. De acordo com o art. 71 da Lei 6.404/76 a AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação.

7.4.2. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Debenturistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares de 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures presentes à respectiva AGD, salvo quando outro quorum de deliberação seja expressamente previsto nesta Escritura de Emissão.

7.4.3. Para efeito da constituição de quaisquer dos quorum de instalação e/ou deliberação da AGD serão excluídas: (i) as Debêntures que a Emissora eventualmente possua em tesouraria; ou (ii) as Debêntures que sejam detidas por qualquer dos seus acionistas detentores de ações da Companhia ou quaisquer controladores da Companhia, direta ou indiretamente, ou sociedades por ela controladas ou coligadas, direta ou indiretamente, seus administradores e/ou empregados, diretos ou indiretos, no Brasil ou no exterior, inclusive por meio de fundos de investimento ou qualquer outro tipo de sociedade e/ou condomínio.

7.4.4. Independentemente das formalidades de convocação previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a AGD a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

7.4.5. As matérias cuja aprovação implique na alteração ou modificação (i) no Prazo de Vigência das Debêntures; (ii) na data de pagamento de Amortizações e/ou da Remuneração; (iii) no parâmetro de cálculo da Remuneração; ou (iv) ao item 4.10 acima deverão ser, necessariamente, aprovadas, em AGD, pelos votos favoráveis de Debenturistas titulares de 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.4.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, observado o quorum estabelecido nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão todos os titulares das Debêntures, independentemente do voto

proferido ou de sua presença na respectiva AGD.

7.4.7. Aplica-se à AGD, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembléia geral de acionistas.

7.4.8. A Emissora deverá comunicar os Debenturistas e o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições econômicas e financeiras da Emissora que possam materialmente prejudicar o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA OITAVA
DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS

8.1. A Emissora declara e garante ao(s) Debenturista(s), quanto ao que tem conhecimento, na Data de Emissão, que:

- a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações nela previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- c) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- d) a celebração da Escritura de Emissão e a emissão das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou qualquer de suas controladas sejam partes, em especial a Subsidiária, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- e) a Emissora e suas controladas encontram-se adimplentes com referência às leis, aos regulamentos, às normas administrativas e às determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis à condução de seus negócios;

- f) a Emissora e suas controladas e coligadas pagam todos os tributos pontualmente, bem como apresentam todas as suas declarações tributárias pontualmente aos órgãos pertinentes. Para tanto, foram observados leis e regulamentos tributários aplicáveis;
- g) todas as informações constantes nesta Escritura são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e
- h) a Emissora e suas controladas possuem todas as licenças, registros e alvarás necessários para suas respectivas operações e não violam quaisquer termos e condições de tais licenças, registros e alvarás.

8.2. As declarações e garantias contidas nesta Escritura de Emissão serão verdadeiras e corretas em todos os aspectos relevantes na Data de Emissão.

CLÁUSULA NONA
DAS NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e comunicações que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

- (i) para a Emissora:

ECOPART INVESTIMENTOS S.A.

Rua Padre João Manuel, 222 Conjunto 36

São Paulo - SP

CEP-01411-000

Tel.: +55 11 3063-9068

Fax: +55 11 3628-6185

At.: Carlos de Mathias Martins Jr. - Presidente

e-mail: carlos.martins@ecopart.com.br

- (ii) para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514

Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22640-102

Tel.: +55 21 3385-4565
Fax: +55 21 3385-4046
At: Marcelo da Costa Ribeiro
Email: marcelo@pentagonotruster.com.br
c/c: truster@pentagonotruster.com.br

(iii) para o Banco Mandatário:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707,
7º andar – Torre Eudoro Villela
São Paulo – SP, CEP: 04309-010

Tel.: +55 11 5029-1910
Fax: +55 11 5029-1943
At: Cláudia G. Vasconcellos
Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) para o Agente Escriturador:

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707,
7º andar – Torre Eudoro Villela
São Paulo – SP, CEP: 04309-010

Tel.: +55 11 5029-1910
Fax: +55 11 5029-1943
At: Cláudia G. Vasconcellos
Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) para o Coordenador:

BANCO VOTORANTIM S.A.

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar
São Paulo – SP, CEP: 04794-000

Tel.: +55 11 5171 2612
Fax: +55 11 5171 2656

At.: Sr. Roberto Roma
Email: roberto.roma@bancovotorantim.com.br

(vi) para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Rua Líbero Badaró, nº 425 - 24º andar
São Paulo –SP, CEP: 01009-000

Tel.: +55 11 3111-1596
Fax: +55 11 3115-1564

Av. República do Chile, 230, 11º andar,
CEP 20031-170, Rio de Janeiro –RJ

Tel.: +55 21 2276-7474
Fax: +55 21 2252-4308/2262-5481

9.2 As notificações e/ou comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob o protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu respectivo recebimento seja confirmado por meio indicativo de recebimento (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

9.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

9.4. A Parte que enviar a comunicação, aviso ou notificação, conforme estabelecido nos itens 9.1 e 9.2 acima, não será responsável pelo seu não recebimento por qualquer outra Parte receptora em virtude da mudança de endereço de tais Partes receptoras e que não sejam comunicadas às demais Partes nos ternos do item 9.3 acima.

9.5. As comunicações, avisos ou notificações enviadas nas formas previstas nesta Escritura serão consideradas plenamente eficazes se entregues a empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

10.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.3. Esta Escritura de Emissão constitui o único e integral negócio entre as partes, com relação ao negócio nela previsto, substituindo e superando, totalmente, todos e quaisquer outros documentos, memorandos, propostas, cartas e ou assemelhados, firmados antes da data de sua assinatura.

10.4. A atuação do Agente Fiduciário limitar-se-á ao escopo da Instrução CVM 28/03_e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO

10.4. Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias porventura surgidas com relação a esta Escritura de Emissão.

Esta Escritura de Emissão é firmada pela Emissora em 3 (três) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 2 (duas) testemunhas que assinam abaixo.

São Paulo, 24 de dezembro de 2010.

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Flutuante com Garantia Adicional e com Garantia Real, Não Conversíveis em Ações de Emissão, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos Em Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Ecopart Investimentos S.A. – 1/3

ECOPART INVESTIMENTOS S.A.

1. _____

Nome:

Cargo:

2. _____

Nome:

Cargo:

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Flutuante com Garantia Adicional e com Garantia Real, Não Conversíveis em Ações de Emissão, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos Em Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Ecopart Investimentos S.A. – 2/3

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

1. _____

Nome:

Cargo:

2. _____

Nome:

Cargo:

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Flutuante com Garantia Adicional e com Garantia Real, Não Conversíveis em Ações de Emissão, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos Em Regime de Garantia Firme e Melhores Esforços, da Ecopart Investimentos S.A. – 3/3

TESTEMUNHAS

1. _____

Nome:

RG:

CPF/MF:

2. _____

Nome:

RG:

CPF/MF:

ANEXO I